



INTERVENÇÃO SOBRE O ENVIO PARA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2015.

A CDU vai votar favoravelmente a proposta de envio para discussão pública do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais.

No entanto, tal sentido de voto não pode nem deve ser confundido com a posição que a CDU tem sobre o conteúdo de tais documentos, acerca dos quais nos opomos pelos motivos que a seguir se expõem.

Na Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas existem 581 actos pelos quais os municípios têm que pagar quando, por imposta necessidade, precisam de lhes aceder. Desta enormidade de Taxas, Licenças e Outras, 184 são para manter, 7 estão para descer de custo e as demais 390 são para aumentar em 2015 entre 0,10€ e 50,00€, por exclusiva vontade da maioria política desta Câmara.

No entender da CDU, para nenhuma delas se justifica o aumento, por mais insignificante que este seja. Antes do mais porque todos os factores que determinam a formação dos custos da prática destes actos têm vindo a descer para a Câmara, tanto por força dos violentos abaixamentos dos salários dos trabalhadores municipais como, também, em resultado da imposição aos fornecedores da venda em baixa dos bens e serviços que o município adquire e que contribuem também para a formação do custo dos actos que a Câmara vende aos municípios.

Por força da redução dos factores de custo, se em vez de aumentar a generalidade das Taxas e Licenças a decisão for no sentido de as manter nos valores que vigoram no corrente ano, a Câmara de Cascais assegurará, ainda assim, para em 2015 uma receita maior da que vai arrecadar em 2014.



Mas, se fosse verdadeiro o slogan da “Cascais elevada às pessoas”, com que a maioria política do PSD/CDS nesta Câmara massacra a paciência dos mais incautos munícipes, o que deveria estar aqui a propor para discussão pública era não manter os custos das Taxas e das Licenças, mas sim a sua redução generalizada, em nome dos princípios da equivalência jurídica e da proporcionalidade.

Em termos da equivalência e proporcionalidade entre o que os habitantes e os micros, pequenos e médios empresários industriais e comerciantes têm que pagar pelos actos que são obrigados “adquirir” e aquilo que recebem dos seus negócios ou do seu trabalho, existe, como todos sabemos, um fosso cada vez mais maior e intransponível. Também por esse facto, outra vez se impunha que a tal “elevação às pessoas” se traduzisse na mais do que justa redução dos custos das tantas centenas de Licenças e Taxas com que a Câmara de Cascais, pelas mãos do PSD/CDS, castiga os moradores e os agentes económicos do Concelho.

Claro que nada disso vai acontecer e, pelo contrário, quem aqui manda e desmanda vai acusar-nos de demagogia. Mas, se o fizerem, sempre lhes diremos que também devem, durante o período de discussão pública, explicar aos comerciantes de Cascais porque razões lhes é obrigatório pagar pelo uso do simples toldo que têm sobre a montra do seu estabelecimento mais de 300% acima do que pagam em cada mês os seus colegas de Oeiras ou de Almada.

Claro que não lhes dirão nada disso e, até os vão tentar convencer de que estão a ser muito amigos porque, afinal, este é um dos milagrosos sete custos que a maioria se atreve a propor para baixar. Mas, repito, mesmo baixando, um metro² de toldo num estabelecimento no Concelho de Cascais vai custar mais 300% do que custa em Almada ou até mesmo em Oeiras.

Podem dizer novamente que a CDU faz demagogia mas vão, também, ter que explicar porque motivos um pedido de vistoria para início de actividade custa aos nossos comerciantes e industriais 313,30€, quando em Almada o mesmo acto lhes ficaria por apenas 14,63€. E vão dizer-lhes também porque raio de razão uma simples certidão custa aqui 25,30€ e, na Almada dos comunistas, a mesma certidão custa apenas 2,13€.



Digam que fazemos demagogia e podem também dizer muito mais, mas não lhes digam, aos munícipes e aos micros, aos pequenos e médios empresários, que o vosso propósito é o de continuarem a apertar-lhes o garrote até que tenham que fechar as portas das suas empresas e refugiarem na casa onde moram, se esta ainda lhes restar, conforme já aconteceu a milhares por este concelho fora.

Certamente que devido ao pouco tempo que tivemos para fazer o nosso trabalho de casa, e penalizados também por não termos, só desta vez é claro,, podido contar com a sempre prestimosa colaboração do nosso bom colega de vereação Nuno Piteira Lopes, que assertivamente me mandou recorrer ao partido pelo qual foi eleito para que nele me tratassem dos elementos de que precisava para trabalhar para esta Câmara, tal como ele os pede ao seu PSD quando quer informação municipal para fundamentar as suas propostas, por causa disso, dizia, não consegui descortinar na Tabela das Licenças e das

Taxas da Cascais social-democrata nenhum custo que aqui fosse mais baixo e com o qual eu tanto gostava de fazer cobiça aos nossos vizinhos da também social-democrata Oeiras ou aos comunistas de Almada.

Mas, como o tempo dado para a discussão pública é um tanto maior do que as poucas horas que agora nos foram concedidas para que pouco ou quase nada pudéssemos verificar, certamente que não deixaremos, eu e o partido pelo qual fui eleito, de fazer melhor trabalho e, quem sabe, talvez descobrir o milagre de encontrar em Cascais o custo de uma Taxa ou de uma Licença com que possa fazer inveja aos almadenses.

Cascais, 13 de Outubro de 2014

O Vereador

Clemente Alves